

QUESTÃO 2:

As complexas relações que se estabelecem entre o Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII são muito diversas para serem em terra esgotável. O grande intervalo temporal selecionado abarca situações diferentes entre si, já que diversas modificações estruturais ocorreram no percurso de uma consolidação de seu destino. Nesse sentido, optamos aqui por características, de forma geral, algumas dessas relações.

Inicialmente, é importante destacar o momento de transição de Idade Média para a Idade Moderna. Esse período foi marcado pelo estabelecimento de Monarquias formando Estados Nacionais Unificados. Esses disputam espaços entre si dando lugar a embates que se desdobraram em diversos âmbitos. A Expansão Marítima nos séculos XVI e XVII, bem como a formação de sistemas coloniais foram importantes instrumentos para que essas monarquias conseguissem expandir seus mercados internacionais, intensificando assim o comércio.

Nesse processo, os circuitos comerciais de longa distância, entre os continentes Europa, África e Ásia - já frequentes desde o período medieval - se intensificaram passando a incorporar o continente Americano. Em meio a esse processo expansionista, portanto, Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra empreenderam viagens marítimas que buscavam estabelecer novas rotas para o comércio internacional - o que levou as europeias ao continente que mais tarde nomearam América.

Assim, após as primeiras viagens ganhou força a ideia de existência de um território extenso que não era o Oriente - destino inicial. Esse novo território chamava a atenção não só por suas riquezas naturais, mas também e principalmente pelas evidências de possível existência de ouro e outros metais preciosos. No caso dos portugueses, as primeiras contatos com os povos indígenas que ocupavam o território que hoje conhecemos como Brasil se estabeleceram de forma pacífica.

Os primeiros links entre presença portuguesa em território americano foram marcados pelo abandono decorrente da não comparação imediata da existência de metais preciosos. Esse fato fez com que, inicialmente, Portugal não tivesse se esforçado para empreender aqui uma efetiva colonização. Esse cenário, entretanto, modificou-se quando passou esse período inicial. Quando a metrópole passa a deixar clara seu objetivo de se estabelecer em território americano bem como o interesse em capturar indígenas para serem escravizados os conflitos entre portugueses e nativos começaram a emergir.

Desse forma, a partir de 1550, o projeto colonial português na América implicou o estabelecimento de uma estrutura político-administrativa europeia que garantisse sua paz e dominação nos seus territórios. A divisão deste em lotes chamados de sesmarias foi uma dessas características e definiu desde cedo os contornos de uma sociedade que seguiu ainda as lógicas de privilégios que vigoravam na Europa.

Houve também o estabelecimento de capitulções hereditárias que, embora, para praticar, perpetuavam essa lógica e facilitava a atuação de burocratas. Além disso, destacava o papel político-administrativo das Câmaras Municipais que eram órgãos de poder local controlados pelas chamadas "homens bons", os moradores mais importantes das vilas coloniais. Cabe ainda destacar o papel importante assumido pelos Jesuítas, Catalães, bem como os comerciantes espanhóis, e, especialmente, os jesuítas que empreendiam projetos de colonização indígena e regência de vilas locais como um todo. A colonização era vista como forma de acumular o contingente de mão de obra e, nesse sentido, contribuía com uma visão humanista de elemento indígena como aquele que poderia ser usado.

Os séculos posteriores à colonização foram aqueles nos quais demonstraram-se inúmeras atividades econômicas voltadas tanto para a exportação quanto para o funcionamento do próprio mercado interno. A lavagem significava voltada para exportação foi a principal delas e se sabe que se estabeleceu uma estrutura política muito específica baseada em lotes feudais, mantidos sob o controle por senhores de engenho que utilizavam mão de obra escravidão tanto em suas atividades quanto na própria produção.

Essa estrutura social era rígida e apresentava possibilidades de mobilidade social para determinados altos investimentos, permitindo o acesso econômico. Outras atividades como a pecuária voltavam-se mais para o mercado interno e, em conjunto, formava setores responsáveis pela ocupação efetiva do território que passou a ser mais explorado em seu interior, em contraste com a limitação colonial da lavoura.

Outras atividades emergiram nesse processo com a mineração, as exportações de açúcar. As condições de produção de açúcar essa permitia certa mobilidade social por não demandar altos investimentos - ainda que a cobrança de impostos se fosse presente. Em um momento, meados do século XVII em que Portugal começa a perder importância política e, principalmente econômica na Europa, as colônias surgem como solução. Nesse sentido, a ciclo do ouro, que culminou na crise, teve papel de destaque.

As mudanças políticas, econômicas e sociais advindas da mineração resultaram desperdiços regionais e econômicos que geraram revindicações populares. O questionamento à situação de submissão, já existente desde o início da colonização, se fortalece principalmente no século XVIII. A transferência da corte portuguesa para o Brasil em um contexto de bloqueio continental criou condições políticas e administrativas para a separação da colônia. A independência do Brasil, entretanto, segue a opção política de manter as estruturas econômicas sociais evidenciando os interesses dos grupos no poder.

QUESTÃO 1:

A história da composição do regime republicano no Brasil relaciona-se com a manutenção de uma antiga estrutura social que a forma de governo instalada seja distinta. Ao longo desse processo mais de um século de experiências republicanas no Brasil podemos observar distintos movimentos de luta social que emergem a partir de uma situação interna mas também beneficiam-se de experiências externas.

A manutenção da estrutura hierárquica e de privilégios a respeito da ~~estrutura~~ mudança de governo leva a falsa ideia de uma participação popular na vida política. Questionamos aqui, entretanto, essa ideia. Afinal, visto que a população não tenha subsídios para participar das formas oficiais de política. Logo, ao longo da república, inúmeros exemplos de movimentos e ideologias que emergem como respostas à inquietação relacionada a questões sociais, gerando conflito entre grupos.

No caso específico de movimentos organizados por camponeses e/ou trabalhadores rurais destacamos a histórica dificuldade de acesso a terra na configuração de nosso país. Retoma a história da colonização, como feito de outras questões, bem como de outras pecuárias, evidenciando a terra como um bem material diretamente ligado a privilégios que são determinados por sua posição hierárquica.

O desenvolvimento intenso de atividades produtivas pautado na ideia de latifúndios reproduziram essa situação tendo em vista que nesse processo, facilmente se concentra uma grande quantidade de terra nas mãos de poucas pessoas. Considerando também o embasamento histórico em nosso país entre poder político e poder econômico, essa situação tende a manter-se. Nesse sentido, em um contexto onde o governo está aliado aos grandes proprietários, o mesmo se torna omisso àqueles que pretendem lutar por no mínimo um

prática de terra. Esses momentos sociais emergem principalmente nesse contexto de
luta travada pelo Estado para reinduzir demandas de grupos específicos.

QUESTÃO 3:

As possibilidades de abordagem na educação básica para a disciplina de História
são inúmeras. O alargamento da própria noção de disciplina além dos muros e dos
portos institucionais auxilia nessa interlocução com o sala de aula por permitir, cada vez
mais, ampliar novos objetos tornando mais fácil captar a atenção e curiosidade dos alunos.

Principalmente os temas ligados ao diálogo da cultura possuem a vantagem de permitir
uma visão mais fácil e rápida associada com práticas cotidianas, temas próximos do cotidiano
com os quais compartilhamos o processo de ensino-aprendizagem. Os temas e abordagens
históricas ligados, por exemplo, à história econômica e questões estruturais parecem distantes
de esse aluno real com o qual lidamos diariamente afastando-o do interesse em desenvolver
um pensamento crítico com base na história.

Essa nova forma de abordagem, por outro lado, permite ao professor trabalhar com questões que
efetivamente abrangem sua vivência e proporcionar suas experiências. A cultura do tema
se dá principalmente nesse diálogo da construção identitária de memórias que formam
individual e os fazem se reconhecer como grupo - demandando para isso mudanças tradicionais
que tornam a disciplina e proporcionar um ambiente de discussões abertamente, como o
de relações raciais, por exemplo.

Dedicar-se, portanto, à cultura e aos momentos sociais é, ainda, importante em
uma outra dimensão a de fazer emergir discussões que em aulas abertas, históricas
podem ficar silenciadas. Quanto aberturas para essa história complexa e multifacetada
permitem a própria construção da disciplina enquanto campo de saber e de disputa.
Fazer e tentar para essa história vista de baixo em sala de aula permite desenvolver
a multiplicidade de atores que compoem o processo histórico, enriquecendo o próprio
processo de ensino-aprendizagem. Ao encaramos novos atores, enxergamos personagens
subalternos ou abordagens próximas a uma parte encoberta a história nos mais como
algo distante e relacionado apenas a ideias, pontos, épocas e conjuguas. Na verdade,
essa disciplina tem um papel prático na construção de um senso crítico tem sempre no

entendimento de lugar ocupado por cada um em relação à vivência em sociedade.

Pensando no que já dito, acredito que boas estratégias para incorporar tais temas em sala de aula sejam a utilização de fontes diversificadas sobre os objetos - tais como filmes, entrevistas e material fotográfico. Debates em sala também podem ajudar no estabelecimento de conexões desenvolvendo o argumento e pontos de vista.